



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 06.2018.00000945-0

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça Pedro Roberto Decomain, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis, com atribuição para atuar na defesa da Moralidade Administrativa, e o **Município de Itaiópolis – Poder Executivo**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.517/0001-19 com sede na Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, 89340-000, Itaiópolis/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **Reginaldo José Fernandes Luiz**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Complementar Municipal n. 1/92 - que institui o regime jurídico único para servidores públicos do Município e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município - considera-se servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público, efetivo ou em comissão (arts. 2.º e 3.º);

CONSIDERANDO que a aludida Lei ainda dispõe que "*o ocupante de cargo de provimento efetivo sujeitar-se-á ao máximo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho*" (art. 29), e que "*não poderá haver redução do horário de trabalho do servidor para duração inferior à metade do estabelecido no caput deste artigo, ressalvado o disposto no artigo 263 daquela Lei*" (art. 29, §1.º);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis

CONSIDERANDO que nos termos do art. 65, §2.º, da legislação em comento *"o servidor perderá a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado"*, e que *"o comparecimento depois da primeira hora de expediente ou a retirada antes da última hora, serão computados como ausência, para todos os efeitos legais"*;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 27 da Lei Complementar Municipal n. 17/2012, que dispõe sobre a reformulação do Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do Município de Itaiópolis, *"o servidor incluído no Plano de Classificação de Cargos de que trata esta Lei, fica sujeito à jornada de trabalho de quarenta horas semanais em regime normal, de plantão ou especial, conforme disposto em regulamento"* (grifou-se);

CONSIDERANDO o contido no art. 20 da Lei Complementar Municipal n.º 17/2012, segundo o qual *"a jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos em comissão deverá ser de no mínimo 40 horas semanais, podendo ser prorrogada de acordo com a necessidade dos serviços sem direito a percepção de horas extras"* (grifou-se);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 29, §2.º da Lei Complementar Municipal n. 1/92 *"além do cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, o exercício do cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração (Redação dada pela Lei nº 46/1998)"*;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 3.º, §3.º, da Lei Complementar Municipal n. 17/2012, *"os valores dos vencimentos previstos nos Anexos desta Lei correspondem à carga horária de quarenta horas semanais, respeitando-se a proporcionalidade para carga horária inferior"* (grifou-se);

CONSIDERANDO o disposto no art. 269 da Lei Complementar Municipal n. 01, de 1992, segundo o qual *"a jornada de trabalho nas repartições públicas*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis

municipais será fixada por ato do Chefe do Poder e dos Dirigentes Superiores das Fundações Públicas, não podendo ser superior á 44 (quarenta e quatro) horas e nem inferior a 22 (vinte e duas) horas semanais, ressalvado o disposto no artigo 263 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 46/1998);

CONSIDERANDO que o Decreto n. 1716, de 28 de abril de 2016 do Município de Itaiópolis fixa o seguinte horário de expediente nas repartições públicas municipais, para **todos os servidores da administração direta, indireta, das autarquias e fundação municipal: das 08hrs00min. às 12hrs00min. no período matutino e das 13hrs30min. às 17hrs00min. no período vespertino;**

CONSIDERANDO que tal disposição contraria os preceitos legais acima mencionados, especialmente no que concerne à proporcionalidade entre a carga horária desenvolvida e os valores dos vencimentos previstos nos anexos da Lei Complementar Municipal n. 17/2012;

CONSIDERANDO que, desde o advento do referido Decreto (28 de abril de 2016) todos os servidores da administração direta e indireta do Município de Itaiópolis, incluídos no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei Complementar Municipal n. 17/2012, estão trabalhando 30 (trinta) minutos a menos do que deveriam, em desobediência ao art. 27 da referida legislação;

CONSIDERANDO que este deficit na carga horária diária dos mencionados servidores representa, semanalmente, 2h30min. a menos de exercício de serviço público por servidor e, mensalmente, a 10hrs00min., chegando-se, anualmente, a um déficit de 120 horas por servidor;

CONSIDERANDO que o não cumprimento integral da carga horária por ocupante de cargo público resulta em claro prejuízo à população, usuária dos serviços prestados pelos órgãos públicos e, eventualmente, ao erário municipal, já que se está remunerando trabalho não realizado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis

CONSIDERANDO a necessidade de o Município de Itaiópolis adequar o horário de expediente das repartições públicas municipais, de modo a contemplar as disposições legais pertinentes que versam sobre a carga horária dos servidores públicos municipais;

RESOLVEM

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, com fulcro no § 6.º do art. 5.º da Lei Federal n.º 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA

O COMPROMISSÁRIO obriga-se a, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do presente Termo, editar ato normativo que regule o horário de expediente nas repartições públicas municipais, de modo condizente com a carga horária semanal de cada cargo público, de provimento efetivo, comissionado ou temporário, em estrita obediência às Leis Complementares Municipais n. 1/1992 e 17/2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. **O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a comprovar o implemento da obrigação contida nesta cláusula por meio do envio de cópia do ato normativo mencionado no *caput*, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da respectiva publicação oficial.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA MULTA COMINATÓRIA

O não cumprimento do ajustado na Cláusula Primeira e respectivo parágrafo deste termo de compromisso, implicará no pagamento, pelo **COMPROMISSÁRIO**, da multa de 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaiópolis

CLÁUSULA TERCEIRA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 02 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Itaiópolis,

Pedro Roberto Decomain
Promotor(a) de Justiça

Reginaldo José Fernandes Luiz
Prefeito Municipal